



**LEI MUNICIPAL Nº 2298/2025**

**Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2026 (Lei Orçamentária Anual de 2026).**

**RONALDO GAZETA**, Prefeito do Município de Echaporã, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei,

**Art. 1º** Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Echaporã para o exercício financeiro de 2026, nos termos dos arts. 24, II, 30, I e II e 165, § 5º da Constituição Federal, atendidas às normas gerais estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 101 de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e pela Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, além das determinações dos arts. 102, III e 103 da Lei Orgânica e da Lei Municipal nº 2.277 de 17 de junho de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026).

**Parágrafo único.** Estão compreendidos nesta Lei os orçamentos:

I – fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; e

II – da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados.

**Art. 2º** A receita e despesa total estimada no orçamento fiscal e seguridade social do exercício de 2026, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 53.840.000,00 (cinquenta e três milhões, oitocentos e quarenta mil reais), o qual se encontra subdividido da seguinte forma:

I – R\$ 37.897.253,11 (trinta e sete milhões, oitocentos e noventa e sete mil e duzentos e cinquenta e três reais e onze centavos) para orçamento fiscal; e

II – R\$ 14.329.746,89 (quatorze milhões, trezentos e vinte e nove mil, setecentos e quarenta e seis reais e oitenta e nove centavos) para o orçamento da seguridade social (saúde e assistência social).

**§ 1º** A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo ente municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas.



§ 2º Todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública que pode ser classificada em receita corrente ou de capital, arrecadada na forma da legislação vigente e especificada no Anexo 2 (Resumo Geral da Receita).

Art. 3º. O resumo das receitas para o exercício consta conforme o quadro abaixo:

**Receitas Correntes**

Código	Receitas	R\$
1100	Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	6.399.000,00
1200	Contribuições	357.000,00
1300	Receita patrimonial	379.000,00
1600	Receita de Serviços	222.000,00
1700	Transferências Correntes	54.971.000,00
1900	Outras Receitas Correntes	139.000,00
	<b>Soma das Receitas Correntes</b>	<b>62.467.000,00</b>

**Receitas de Capital**

2000	Receitas de Capital	1.000,00
	<b>TOTAL DA RECEITA BRUTA</b>	<b>62.468.000,00</b>
	(-) Deduções para Formação do FUNDEB	-8.628.000,00
	<b>TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>53.840.000,00</b>

Art. 4º A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e subfunções, natureza da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se, no quadro abaixo, com os seguintes valores:

<b>POR ÓRGÃOS</b>			
<b>R\$</b>			
01	—	Poder	Legislativo
1.613.000,00			
02	—	Poder	Executivo
52.227.000,00			
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO</b>			
			<b>53.840.000,00</b>

**POR NATUREZA DA DESPESA**

**PODER LEGISLATIVO**

**3- Despesas Correntes**

**1.503.000,00**

1 – Pessoal e Encargos Sociais





# Prefeitura Municipal de Echaporã

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 44.470.300/0001-00

CIDADE DE  
**Echaporã**  
Princesinha da Serra

1.114.000,00
3 – Outras Despesas Correntes
389.000,00
<b>4- Despesas de Capital</b>
<b>110.000,00</b>
4 – Investimentos
110.000,00
<b>Total do Órgão</b>
<b>1.613.000,00</b>

## PODER EXECUTIVO

<b>3- Despesas Correntes</b>
<b>49.915.493,68</b>
1 – Pessoal e Encargos Sociais
21.642.000,00
3- Outras Despesas Correntes
28.273.493,68
<b>4-Despesas de Capital</b>
<b>920.000,00</b>
4 – Investimentos
920.000,00
<b>5- Amortizações da Dívida</b>
<b>1.155.000,00</b>
5- Amortização/Refinanciamento da Dívida
1.155.000,00
<b>9- Reserva de Contingência</b>
<b>236.506,32</b>
9- Reserva de Contingência
236.506,32
<b>Total do Órgão</b>
<b>52.227.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO</b>
<b>53.840.000,00</b>

## POR FUNÇÃO DE DESPESA - GRUPOS DE FUNÇÕES

FUNÇÃO	
01 – Legislativa	1.613.000,00
04 – Administração	5.992.000,00
08 – Assistência Social	2.415.000,00
10 – Saúde	11.914.746,89
12 – Educação	16.570.000,00
13 – Cultura	1.751.000,00
15 – Urbanismo	4.179.000,00
16 – Habitação	26.000,00



20 – Agricultura	1.320.746,79
23 – Comercio e Serviços	173.000,00
26 – Transporte	3.197.000,00
27 – Desporto e Lazer	1.701.000,00
28 – Encargos Especiais	2.751.000,00
99 – Reserva de Contingência	236.506,32
<b>Total do Orçamento</b>	<b>53.840.000,00</b>

**Parágrafo único.** O Poder Executivo cumprirá as diretrizes constantes nos §§ 2º a 4º do art. 13 da Lei Municipal nº Lei Municipal nº 2.277/2025 (LDO 2026), envolvendo o cumprimento da execução orçamentária e financeira das seguintes programações orçamentárias (emendas individuais impositivas):

**I – 02.02 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**02.02.04.122.0002.2.039.000 – Manutenção das Emendas Impositivas**

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica      Ficha CRIAR  
30.000,00

**II – 02.03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**02.03.08.244.0003.2.039.000 – Manutenção das Emendas Impositivas**

3.3.90.30.00 – Material de Consumo      Ficha CRIAR  
55.000,00

**III – 02.03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**02.03.08.244.0003.2.039.000 – Manutenção das Emendas Impositivas**

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica      Ficha CRIAR  
5.000,00

**IV – 02.05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**02.05.10.301.0004.2.039.000 – Manutenção das Emendas Impositivas**

3.3.90.30.00 – Material de consumo      Ficha CRIAR  
8.000,00

**V – 02.05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**02.05.10.301.0004.2.039.000 – Manutenção das Emendas Impositivas**

3.3.90.32.00 – Material de distribuição gratuita      Ficha CRIAR  
21.746,89

**VI – 02.05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**02.05.10.301.0004.2.039.000 – Manutenção das Emendas Impositivas**

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica      Ficha CRIAR  
400.000,00





**VII – 02.05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**02.05.10.301.0004.2.039.000 – Manutenção das Emendas Impositivas**

4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente      Ficha CRIAR  
42.000,00

**VIII – 02.06 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**02.06.12.361.0005.2.039.000 – Manutenção das Emendas Impositivas**

3.3.90.32.00 – Material de distribuição gratuita      Ficha CRIAR  
10.000,00

**IX – 02.06 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**02.06.12.361.0005.2.039.000 – Manutenção das Emendas Impositivas**

4.4.90.52.00 – Equipamentos e material permanente      Ficha CRIAR  
12.000,00

**X – 02.08 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO**

**02.08.13.392.0006.2.039.000 – Manutenção das Emendas Impositivas**

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica      Ficha CRIAR  
90.000,00

**XI – 02.08 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO**

**02.08.13.392.0006.2.039.000 – Manutenção das Emendas Impositivas**

4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente      Ficha CRIAR  
55.000,00

**XII – 02.08 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO**

**02.08.27.812.0006.2.039.000 – Manutenção das Emendas Impositivas**

3.3.90.30.00 – Material de Consumo      Ficha CRIAR  
45.000,00

**XIII – 02.08 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO**

**02.08.27.812.0006.2.039.000 – Manutenção das Emendas Impositivas**

3.3.90.32.00 – Material de Distribuição Gratuita      Ficha CRIAR  
20.000,00

**XIV – 02.08 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO**

**02.08.27.812.0006.2.039.000 – Manutenção das Emendas Impositivas**

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica      Ficha CRIAR  
45.000,00

**XV – 02.09 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS**

**02.09.15.452.0007.2.039.000 – Manutenção das Emendas Impositivas**

3.3.90.30.00 – Material de consumo      Ficha CRIAR  
65.000,00

**XVI – 02.09 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS**

**02.09.15.452.0007.2.039.000 – Manutenção das Emendas Impositivas**



3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica  
35.000,00

Ficha CRIAR

**XVII – 02.10 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**

**02.10.20.605.0008.2.039.000 – Manutenção das Emendas Impositivas**

3.3.90.30.00 – Material de consumo  
4.746,79

Ficha CRIAR

**Art. 5º** Fica o Poder Executivo expressamente autorizado a:

**I** – abrir no curso da execução orçamentária de 2026, créditos adicionais suplementares até o limite de **17 % (dezessete por cento)** do total do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

**II** – proceder ao remanejamento, transposição, permuta ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, entre órgãos orçamentários, nos termos do inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal;

**III** – utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência, nas situações previstas no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e no art. 8º da Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001;

**IV** – realizar a abertura de créditos adicionais suplementares:

**a)** por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, § 1º, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64;

**b)** provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do artigo 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64;

**VI** – abrir no curso da execução do orçamento de 2026, créditos adicionais suplementares para cobrir despesas vinculadas a fontes de recursos específicas cujo recebimento da receita no exercício tenha excedido sua previsão anual de arrecadação.

**§ 1º** Os créditos adicionais suplementares de que trata o inciso I deste artigo, poderão ocorrer de forma inter ou intraprogramas constantes do anexo 6 – Programa de Trabalho, que integra esta Lei.

**§ 2º** Quando expressamente solicitado pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, o Poder Executivo poderá proceder à abertura de crédito adicional suplementar proveniente de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias do Poder Legislativo, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, obedecidas as disposições do art. 29-A da Constituição Federal e o teto global do inciso I deste artigo.





§ 3º A solicitação da Mesa Diretora deverá estar acompanhada de justificativa para ser enviada ao Poder Executivo, só podendo ser negada quando a abertura do crédito for destinada a atingir fim vedado por lei.

**Art. 6º** Os órgãos e entidades mencionados no art. 1º ficam obrigados a encaminhar ao órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do Município, até o 7º (sétimo) dia após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.

**Art. 7º** Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Echaporã, 26 de novembro de 2025.

  
RONALDO GAZETA  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria na mesma data  
supra.

  
IARA MARQUÊS QUIRINO  
Agente de Secretaria Geral